

Mesmo pressionado, Guedes continua sem apresentar dados financeiros sobre a PEC-32

Com a ida do ministro da Economia, Paulo Guedes, à Comissão Especial que discute a PEC-32 da Reforma Administrativa, na última quarta-feira (07), duas questões ficaram muito claras: O governo Bolsonaro até aceita algumas alterações na PEC, mas nada que mude a sua essência. Ou seja, derrubar a estabilidade no setor público para possibilitar o seu loteamento com apadrinhados políticos e possibilitar a execução de serviços públicos de forma generalizada pela iniciativa privada para favorecer os empresários.

Outro ponto foi o de que o governo está perdendo o apoio dos parlamentares à sua proposta. Durante o debate, parlamentares da oposição afirmaram que o Ministro "não conhece a PEC", que é "leviano". E os deputados governistas se calaram. Entre os oito primeiros inscritos, sete foram da oposição e só um da base aliada. Pelo seu lado, Guedes evitou o embate como nas outras visitas no Congresso e baixou o tom nas respostas.

E, mais uma vez, o governo não conseguiu comprovar a sua justificativa de que os cofres públicos irão economizar cerca de 300 ou 450 bilhões de reais em 10 anos com a reforma. Deputados da oposição voltaram a cobrar, em coro, que Guedes enviasse os cálculos do governo sobre a economia que será feita com a Reforma. Essa cobrança vem sendo feita desde que a proposta chegou ao Parlamento.

Desde então, o governo passou a "fazer de conta" que iria enviar os números. Mas até o momento, nada. Fica muito evidente que esta é mais uma grande mentira. Quando quiseram aprovar a reforma Trabalhista, disseram que iriam gerar milhares de empregos e o desemprego só cresce no Brasil. Na reforma da Previdência, disseram que iriam economizar R\$ 80 bilhões, mas não teve essa economia e a população ficou sem poder se aposentar. Agora tentam enganar o povo mais uma vez.

A preocupação deste governo não é a economia. Essa reforma não combate o extrateto, deixa de fora os militares, os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Legislativo. Fica muito clara a intenção deles de desmontar o setor público para beneficiar a iniciativa privada e de lotear os cargos públicos com aliados", comentou o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva.

O governo também fala em melhoria dos serviços públicos e digitalização. Mas é evidente que este é mais um engodo. Quando se tira direitos dos trabalhadores, os serviços são precarizados, porque se passa a trabalhar com a desvalorização do trabalhador e não com a sua valorização. "Eles precisam conhecer melhor o serviço público. A digitalização já foi aprovada pelo Congresso Nacional. Basta que o governo invista nisso. Não precisa de uma Reforma que, na verdade, é a cloroquina do serviço público. Ou seja, não resolverá em nada as grandes necessidades do setor.

Cancela a Reforma já!

Servidores querem apuração de denúncias de corrupção no MS e punição aos responsáveis

O Fórum das Entidades dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) – do qual o SINDSEP-MG faz parte – por meio de nota, repudia a reação das Forças Armadas às declarações do presidente da CPI da Pandemia, senador Omar Aziz (PSD-AM). O Fórum destaca que o tom foi "de ameaça aos investigadores". "Porém, nenhuma palavra sobre a corrupção em si, nem sobre os mais de 529 mil mortos." Veja a nota:

"O negacionismo do governo desde o início da pandemia covid-19, foi decisivo para o Brasil ultrapassar mais de 529 mil brasileiros mortos e 19 milhões de infectados, a maior tragédia deste século. As ações de sabotagem aos programas de prevenção sempre levantaram dúvidas sobre o que estaria por trás dos ataques à ciência, à educação e aos governos que adotaram medidas de isolamentos sociais. E também, saber o porquê da resistência presidencial em adquirir vacinas para imunizar a população, como foi feito nos demais países.

Nos últimos dias, após instalação da CPI baseada em denúncias e investigações, uma luz foi jogada e da escuridão emergiram os monstros que, “na surdina”, tramaram assaltar os cofres públicos do Ministério da Saúde, uma quadrilha de abutres impiedosos que lucram com a morte, estarão tramando comprar vacinas ainda não aprovadas no país pagando ágio de 1.000%.

Nesta semana, em audiência, Roberto Dias, cometeu perjúrio e o presidente da CPI decretou sua prisão, e nos comentários feitos no calor dos debates citou a existência de militares denunciados por estarem envolvidos na corrupção da compra da vacina superfaturada da empresa Covaxin, que envolve ainda o líder do governo Ricardo Barros, servidores do quadro e indicados políticos que ocupam cargos em DAS, que estão sendo gradualmente demitidos das funções.

No dia 07 de julho o ministro de Estado da Defesa e os comandantes das Forças Armadas publicaram nota oficial repudiando os integrantes da CPI por mencionarem, ainda que sem acusação formal, militares da ativa que ocuparam ou ainda em exercício neste governo genocida, reivindicando que as ações se pautem na forma da lei, num tom de ameaça aos investigadores. Porém, nenhuma palavra sobre a corrupção em si, nem sobre os mais de 529 mil mortos. Este fato deverá servir para extrair lições, ter milhares de militares ocupando cargos num governo comandado pelos partidos do Centrão, a maior organização criminosa do Brasil, significa expor integrantes destas corporações a estarem em permanente risco de estarem envolvidas na corrupção endêmica que vem agindo no Ministério da Saúde desde 2016.

Num regime democrático, todo dirigente ou servidor público tem direitos e deveres, e pode ser investigado no exercício da sua função, seja por órgãos de controle, TCU, PF ou CP. Faz parte do processo democrático, e todos os cidadãos têm o direito ao contraditório, a ampla defesa;

O Fonasefe – Fórum das Entidades dos Servidores Públicos Federais, repudia veemente a corrupção, e cobra apuração dos crimes cometidos para desviar verbas do Ministério da Saúde e a punição de todos os responsáveis, sejam estes de qualquer poder ou esfera de governo civil ou militar, pois numa democracia ninguém está acima da Lei, é dever das instituições respeitarem e cumprirem a Constituição Brasileira. Brasília, 08 de Julho de 2021”

FÓRUM DAS ENTIDADES DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS – FONASEFE”

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ANOS DE 2019/2020

Dia 16/07 - 6ª feira - às 17h (1ª Chamada) e às 18h (2ª Chamada)

SINDSEP-MG
CONDSEF - FENADSEF

PARTICIPE PELO LINK:

https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_MzFkOTZhNjltYTU4ZC00MzkxLWJmZjYtYmZiZDk1NGI1NGY5%40thread.v2/0?context=%7b%22id%22%3a%22bdf4880b-8c41-4fcf-bd58-96e3fcbecbd%22%2c%22oid%22%3a%227c2fa4d4-2409-4c8a-a7a4-1c7d26c39a95%22%7d